



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022

De Acordo:

Leandro Mafféis Milani
Prefeito Municipal

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022 – EDITAL Nº 243/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOME CARE, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

I – PRELIMINARMENTE

Trata-se de recurso administrativo interposto, **INTEMPESTIVAMENTE**, pela empresa **GRUPO HTS S.A. (CNPJ Nº 18.505.022/0001-79)**, estabelecida na Alameda dos Maracatins nº 386, Bairro Indianópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo doravante denominada **RECORRENTE**, contra a decisão a qual resultou em sua inabilitação no presente certame.

Ainda que encaminhado intempestivamente, o mesmo será apreciado por se tratar de fato de alta relevância para este processo licitatório.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite deste recurso administrativo, não havendo apresentação de contrarrazões para este recurso.

III – SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

A empresa **GRUPO HTS S.A.** vem através de seus respectivos memoriais apresentar



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

recurso administrativo quanto ao resultado da etapa de habilitação, ocasião em que fora declarada inabilitada pelo Pregoeiro, uma vez verificado que a empresa encontra-se com declaração de inedoneidade.

Em seus argumentos, a **RECORRENTE** informa que em consulta ao portal CEIS, identificou inconsistência nas informações disponíveis na plataforma, pois, conforme publicado em DO, tal sanção aplica-se somente ao Estado do Rio Grande do Sul, em todas as suas esferas, solicitando ao DTI/CAGE (Órgão responsável pela inclusão das informações no CEIS) o detalhamento de tal anotação, e ainda, a correção no caso de equívoco.

Para fins de comprovação, juntou “print screen” de e-mail de comunicação entre a empresa e o referido órgão, onde consta o processo “22/1300-0000918-9”, cuja penalização refere-se ao Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Alega que a inabilitação foi equivocada, visto que, tal anotação do CEIS a impede de contratar apenas com o Estado do Rio Grande do Sul, em todas as suas Esferas, e não em âmbito nacional.

Juntou ainda à peça recursal a liminar concedida 3ª Vara da Fazenda Pública de Foro da Comarca de Porto Alegre, a qual suspendeu as sanções impostas através do processo administrativo nº 22/2000-0054827-0.

Requer que sejam acatadas as razões expostas, dando provimento ao recurso e procedendo com a habilitação desta.

Demais licitantes não apresentaram contrarrazões para este recurso.

É o relatório.

IV – DO MÉRITO

O recurso será conhecido e julgado, cujas razões recursais **não serão acolhidas**, pelos motivos a seguir expostos:

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a presente licitação foi elaborada e processada considerando sempre em suas etapas o disposto no Art. 2º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o qual regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos traz os princípios a serem observados:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

A sessão pública foi realizada em 08/11/2022 e no cumprimento da Cláusula 14.3.1. do Edital, foi realizada a pesquisa de apenados junto aos portais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Portal da Transparência, verificando-se declaração de idoneidade no segundo portal, com fundamentação legal no Art. 83, Inciso IV da Lei 8.666/93, sendo o órgão sancionador a Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – RS. A informação trazida no portal mostrava que a penalização tem como data de início da sanção 30/08/2022 e data de fim da sanção em 04/10/2022, porém ainda na presente data consta a declaração de idoneidade.

Ao deparar-se com a declaração de inidoneidade da recorrente, o Pregoeiro decidiu naquele momento suspender a sessão para que fosse realizada diligências, com a finalidade de esclarecer a natureza da penalização e sua abrangência.

A Divisão de Tecnologia da Informação da Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (DTI-CAGE), sendo esta a administradora do sistema Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar (CFIL/RS) daquele estado nos trouxe a seguinte informação, conforme transcrevo:

“O registro da empresa SAÚDE CONCIERGE LTDA, CNPJ 18.505.022/0001-79, inicialmente era uma suspensão com base no art. 87, inciso III da Lei 8.666/93. No entanto, devido a irregularidades não sanadas, conforme consta no motivo registro, **o mesmo tornou-se inidôneo, com base no art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93, no dia 05/10/2022. Logo, a sanção encontra-se ativa no Estado do Rio Grande do Sul, conforme captura a seguir pode demonstrar [...]**” GRIFEI.

Em consulta ao **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, em sua edição de 05/10/2022, verifica-se que a empresa SAÚDE CONCIERGE LTDA, CNPJ 18.505.022/0001-79 foi declarada inidônea pelo Estado do Rio Grande Sul, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde, sem informações de que a mesma tenha providenciado sua reabilitação.

Após consulta à Secretaria de Negócios Jurídicos, a mesma manifestou-se por intermédio do Ofício nº 13/2022/DL/SNJ/PMB, ressaltando de início a Cláusula 6ª do Edital, que prevê:

6.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

6.2.1. Empresa penalizada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Precedente: Acórdão nº 2242/2013, do Plenário do TCU).

A Súmula nº 51 do TCE-SP nos traz a seguinte informação:

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

O ofício expedido pela Secretaria de Negócios Jurídicos também ressaltou a prevenção do crime de contratação inidônea, prevista no Art. 337-M, do Código Penal, com redação inserida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, com a soma de todos os fatores, a mesma concluiu que a empresa não reúne condições para participação neste certame.

Com base nas diligências realizadas, a sessão pública foi retomada em 18/11/2022, ocasião em que a empresa foi inabilitada, face a declaração de inidoneidade da mesma e com base nos impedimentos de participação previstos no edital e na legislação.

Com o encerramento da etapa de habilitação e divulgação no chat do resultado, foi concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que as licitantes manifestassem, motivadamente, sua intenção de recorrer, **sendo que a RECORRENTE não manifestou naquele momento sua intenção.**

O Edital da presente licitação, em sua Cláusula 15.1, é cristalino quanto ao procedimento a ser adotado, conforme transcrevemos:

“15.1. Declarado o vencedor, será comunicado no chat da plataforma a concessão do prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e através do seu representante, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema ou por meio do e-mail: enio.licitacao@birigui.sp.gov.br.”

Ainda neste quesito, em sua Cláusula 15.2, o Edital informa que, não havendo a manifestação imediata e motivada por parte do licitante, cairá em decadência o direito ao recurso:

“15.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste edital, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.”

Conforme verifica-se no chat da plataforma, o Pregoeiro comunicou às 08h19min daquela data aos licitantes a abertura do prazo para manifestação da intenção de recursos, havendo manifestações por parte de outra licitante, porém não pela licitante **GRUPO HTS S.A.**

A intenção de recorrer ocorreu por meio de e-mail somente às 09h22min daquela data, portanto, extemporâneo. Porém, conforme já exposto anteriormente, procede-se com a presente análise pela relevância que o assunto requer.

Ao recurso, foi juntada medida liminar referente ao processo administrativo de nº 22/2000-0054827-0, assinada em 17/11/2022 às 18:34:42 por Andreia Terre do Amaral, condicionada a suspensão dos efeitos das sanções impostas à autora ao depósito judicial do valor da multa.

Em relação à medida liminar, observa-se três pontos:

a) A mesma não refere-se à declaração de inidoneidade sofrida pela empresa. A empresa está



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

declarada inidônea com base no processo administrativo nº 22/2000-0019300-6, não havendo provas de que a mesma já foi devidamente reabilitada.

b) A medida liminar refere-se somente ao processo administrativo nº 22/2000-0054827-0, a qual já foi cumprida, visto que a penalização referente a este não consta mais no Portal da Transparência.

c) A medida liminar foi expedida posteriormente à data inicial do certame, qual seja, 08/11/2022, e novamente reporta-se que não se refere ao processo no qual fora declarada inidônea.

Verifica-se, portanto, que referida medida liminar não se refere à declaração de inidoneidade, por se tratar de processo e penalização distintos daquele proferido na sentença. Assim, o mesmo não possui efeitos para mudança no resultado proferido na sessão pública.

Que pese ainda a publicação veiculada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 05/10/2022, cuja empresa foi declarada inidônea.

Em consulta ao Portal da Transparência na presente data, verifica-se que ainda consta a declaração de inidoneidade, originada do processo nº 22/2000-0019300-6. O e-mail trazido pela recorrente junto ao DTI/CAGE refere-se a outro processo administrativo, mais uma vez sem relação com o assunto em pauta.

Conclui-se, portanto, com base nas informações expostas, e com fulcro no Art. 6º do Edital e na Súmula nº 51 do TCE-SP que a empresa encontra-se impedida de participar da presente licitação, visto que a declaração de inidoneidade tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública.

Assim, foram respeitados todos os princípios que norteiam as licitações em todos os atos praticados neste certame.

V – DA DECISÃO

Diante os fatos apresentados, decide-se pelo **CONHECIMENTO** do recurso administrativo apresentado pela recorrente, **ainda que intempestivo**, e no mérito, pelo seu **IMPROVIMENTO**, mantendo-se a inabilitação da empresa **GRUPO HTS S.A.**

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para concordância, e após remeta-se à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos para publicação do resultado na Imprensa Oficial, Diário Oficial do Município e Jornal Local.

Birigui, ao treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois.

Ênio Nicolau Linares Garcia

Pregoeiro Oficial

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS
CPF / CNPJ sancionado: 18505022000179

LIMPAR

Data da consulta: 13/12/2022 15:50:03
Data da última atualização: 12/2022 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 12/2022 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 12/2022 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 12/2022 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 12/2022 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Detalhar	CEIS	18.505.022/0001-79	SAUDE CONCIERGE LTDA	SP	SECRETARIA DA COORDENACAO E PLANEJAMENTO	Impedimento/proibição de contratar	04/08/2022	Não se aplica	1
Detalhar	CEIS	18.505.022/0001-79	SAUDE CONCIERGE LTDA	SP	SECRETARIA DA SAUDE	Declaração de Inidoneidade	04/07/2022	Não se aplica	1